

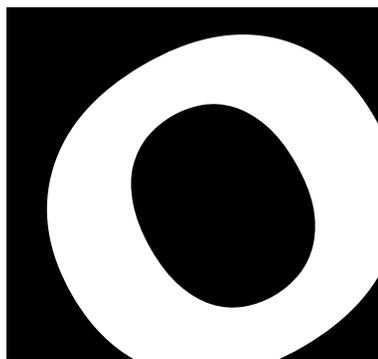


SANDRA JATAHY PESAVENTO

# Erico Veríssimo:

## encontros e desencontros da ficção com a história

**SANDRA JATAHY  
PESAVENTO**  
é historiadora e professora  
da UFRGS.



que falar de Erico que já não tenha sido dito? Como não se repetir em lugares-comuns sobre um escritor consagrado? À força de retomar a obra de Erico Veríssimo, mais uma vez, só me resta discuti-lo à luz dessa questão cada vez

mais presente entre nós e que aproxima e distancia a história da literatura. Ou, em outras palavras, situar Erico nessa zona de fronteira que é a da ficção, quando nela se vê a história se escrevendo ou – o que talvez choque mais – quando se admite que historiadores lançam mão de recursos ficcionais.

Pensemos, pois, neste *nosso* Erico Veríssimo, tão caro ao Rio Grande do Sul, e na sua escrita, sobretudo se visto a partir de sua obra máxima, *O Tempo e o Vento*. A literatura, bem o sabemos desde Aristóteles na sua *Poética*, é narrativa que relata o que poderia ter acontecido, cabendo ao discurso histórico o registro daquilo que aconteceu. Entretanto, entre a *res factae* e a *res fictae* entra a mediação do historiador, aquele a quem cabe a árdua tarefa

de dar a ler e dar a ver – por que não? – ao leitor/ouvinte aquilo que se passou por fora da experiência do vivido. Dada a impossibilidade de reproduzir a ocorrência do que se passou, diante da irreversibilidade do tempo físico escoado, o historiador constrói a sua narrativa, refigurando o passado no presente através do tempo histórico, *criado* ou *inventado* por ele. Nem passado nem presente, esse tempo *sui generis*, que se coloca no lugar daquilo que se passou, só é dado a ver pela força da imaginação.

Por estas alturas, o leitor estará a indagar: mas então, história e literatura são a mesma coisa, são atividades de pura ficção, invenção? Tudo, a rigor, fica no domínio de um *poderia ter acontecido*? Não, caro leitor, pois o historiador tem, como dever de ofício, *in limine*, certos pressupostos para a sua atividade narrativa de representação da realidade passada: tudo precisa ter acontecido (acontecimentos, personagens) e ter deixado rastros (as fontes ou marcas de historicidade), sob o risco de esse historiador não ser considerado historiador e sim... um escritor de literatura? Talvez, mas prossigamos neste raciocínio, para poder introduzir Erico nesta discussão.

A história é um *romance verdadeiro*, disse Paul Veyne na aurora dos anos 70 do século XX, no sentido de que tudo que aconteceu um dia pode vir a ser contado de forma diferente, mas precisando ter realmente acontecido. Logo, a história pressupõe versões múltiplas com relação ao passado, cabendo ao historiador selecionar fontes e argumentos, propor questões e montar enredos, decifrar pistas

e intrigas, fornecendo respostas plausíveis, possíveis, hipoteticamente comprováveis através do uso das fontes. Versões verossímeis, portanto, deixando a verdade do acontecido como uma meta ou vontade da parte do historiador. Tudo, pois, convergindo para o tempo verbal consagrado para o uso da literatura: tudo *teria* acontecido de tal e tal forma...

Cheguemos a Erico Verissimo, esse escritor que traçou um exemplar romance histórico sobre o Rio Grande, cometendo a façanha de chegar a ser mais aceito na sua versão ficcional do passado que os textos dos historiadores *tout court* de sua época. Por que tal recepção? Ora, um romance histórico, tal como o texto de história, discorre sobre fatos e personagens de um passado acontecido como processo. Ou seja, se os personagens são criação do autor e não existiram de fato, a trama se dá em um tempo histórico do acontecido.

No caso de Erico, trata-se da formação do Rio Grande do Sul, em saga de cerca de 200 anos, a partir da conquista da terra, no século XVIII, até a queda de Getúlio Vargas, no final do Estado Novo, em 1945. Mas um romance histórico pressupõe não apenas ações transcorridas no passado como verossimilhança na narrativa dos acontecimentos e no perfil e proceder dos personagens. A liberdade ficcional do autor permite a criação de personagens, tal como de fatos e peripécias, mas o enredo deve convencer o leitor, indo ao encontro daquilo que, consensualmente, se espera quanto a um clima de época.

A escrita de Erico, no caso, faz uso de marcas de historicidade, explícitas e implícitas. Tanto o autor mescla, em ação coerente, personagens históricas com fictícias, quanto obedece a uma datação precisa no desenrolar da trama ao longo do tempo. Igualmente, Erico usa o recurso de pôr o leitor em contato com a leitura dos personagens, a mostrar as *verdades do acontecido*, publicadas na imprensa da época. Esse recurso é de tal forma perfeito que funciona quase como uma nota de rodapé ou citação do texto histórico: recurso de autoridade e erudição, o autor como que desafia o leitor a refazer o seu caminho de pesquisa nos arquivos para certificar-se e concordar com ele... Nessa medida, o texto tem um sabor de real, e as situações e personagens, foros de veracidade.

Sem dúvida, Erico Verissimo leu os historiadores de sua época e também os mais antigos. Não é preciso citá-los, pois seu texto é um romance, propõe-se como uma ficção histórica, que dispensa a pesquisa de arquivo. Mas as marcas de historicidade lá estão, e vê-se pelo encadeamento processual da trama no tempo que houve uma consulta certa, e um leitor mais avisado poderá mesmo reconhecer alguns desses autores lidos por Erico Verissimo nas páginas do romance.

Mas, atenção: a literatura não se faz para confirmar a história! Se Erico se instrumentalizou das informações do conhecimento histórico sobre o Rio Grande, foi para *dizer além*, através da sua narrativa de um *poderia ter sido*. Erico Verissimo incorpora no texto também o que se dizia, o que se ouvia contar. Toda uma tradição oral e um anedotário político se revela na narrativa, permitindo que o leitor encontre no texto o que já sabia e que lhe contava o pai, a avó, o vizinho... Talvez nem todos os leitores reconhecessem nos versos declamados no galpão pelo personagem Fandango – “Índio velho sem governo, minha lei é o coração...” – a poesia popular muito antiga, cantada e recontada através das gerações, mas provavelmente muitos já os teriam escutado em algum momento da vida. Essa capacidade de fazer o leitor reconhecer-se no narrado, de identificar, no texto, coisas que são suas,

implica atingir *verdades do simbólico*.

Provavelmente Erico Verissimo lera a obra de Augusto Porto Alegre, publicada em 1906 – *A Fundação de Porto Alegre* –, na qual o autor, após discorrer sobre a população primitiva que ocupava a área da capital rio-grandense, pôs em cena a lenda da índia Obirici, como uma espécie de atestado mítico desse tempo das origens. No capítulo “A Fonte d’*O Continente*”, primeira parte da trilogia de *O Tempo e o Vento*, Erico faz da experiência missioneira um mito fundador, justapondo lenda e história.

Os personagens são, a rigor, buscados no acontecido e no fantástico: o histórico e mítico Sepé Tiaraju está presente na trama do acontecido literário, no decorrer da guerra guaranítica como também nas visões do indiozinho Pedro. Não por acaso, esse menino criado pelo padre Alonso é filho de uma índia estuprada por um bandeirante, no bojo de uma guerra inaugural, que traça um fio condutor na história do Rio Grande. A rigor, poderá pensar o leitor, quantos estupros não teriam ocorrido nesses tempos recuados e brutais, onde os bandeirantes teriam aprisionado os índios e violentado suas mulheres? Tudo, pois, convincente, quase histórico, em termos de um provável acontecido.

Pedro Missioneiro, já adulto, comporá com Ana Terra, a calada moça filha de vicentinos descidos para a conquista do sul, o casal ancestral e fundador de uma estirpe. Pedro Missioneiro chama Ana de *Rosa mística*, selando uma união sagrada e profana ao mesmo tempo. Deixará em Ana a marca de seus olhos oblíquos, traço herdado pela descendência dos Terra, essa estirpe de gente calada, de pouca fala, gestos bruscos e desconfiada. Não é assim que os índios são visualizados? Tudo é verossímil, tudo tem um sabor de verídico, de *já sabido* desde sempre, mas que é agora estetizado na narrativa romanesca.

No início foi a guerra, muita guerra, a violência e a dureza da vida difícil, em um tempo cíclico, eclesiástico, a repetir-se. A linhagem se completa no segundo par que se forma, no também emblemático casal Bibiana Terra–Capitão Rodrigo Cambará.

Este advindo não se sabe bem de onde, filho da guerra e do vento, mas descendente de um aventureiro que, levando na garupa uma moça açoriana, de olhos verdes, decidiu assentar-se na vida, criar raízes e chamar-se, tal como a árvore, *Cambará*. Tudo plausível, possível, histórico e ficcional, poético e cru, ao mesmo tempo. Será esse o Rio Grande que precisava ser dito, que os leitores de história e literatura esperavam?

Uma literatura que se faz história, que é recebida e percebida como tal pelos leitores. Um romancista que se aventura a dizer como *poderia ter sido*, em versão que é aceita como *tendo sido*. Pois, mesmo sabendo que a trama romanesca não aconteceu, é ela que se fixa na memória dos leitores, como representação emblemática.

Mas o que se dizia do Rio Grande no tempo de Erico? Histórias de glórias, de guerras e heróis, da Revolução Farroupilha, carro-chefe do passado, do gaúcho, *sentinela da liberdade, monarca das coxilhas, centauro dos pampas*. De um Rio Grande sempre *de pé, pelo Brasil*, que não falhava ao seu *destino heróico*, como conclamava o mote da Revolução de 30. Por vezes, essa visão ufanista transparece na história contada por Erico Verissimo. Mas não como verdade, antes como farsa ou tragédia.

Para muitos, o romance histórico de Erico se converteu na possibilidade de reconhecer-se, apontando para uma maneira de ser do Rio Grande e de ser gaúcho, de ter uma história empolgante, contada de forma sedutora, convincente, agradável. Mais cativante, sem dúvida, que os textos de historiadores, por ser mais solta, mais livre, por incorporar na trama aquilo que se sabia, que se queria ler, que sempre se dissera, mas nunca se escrevera. Um horizonte de expectativas encontrava sua obra. Para outros tantos, Erico disse mais além, disse outras coisas, que a história não contava.

Nesse sentido, com a sua ficção, Erico Verissimo foi ao encontro daquilo que

historiadores da cultura de nossa passagem de século e de milênio perseguem: a *enargheia*, impressão de vida, marca do espírito, de um tempo passado. Erico apresentou uma versão que talvez tenha se aproximado desses homens misteriosos do passado. Os olhos de Erico, por exemplo, enxergaram misérias, fraquezas de caráter e degenerescência de valores nos protagonistas centrais da trama. Afinal, a linhagem masculina dos Terra-Cambará é, majoritariamente, fraca. E isso, sem dúvida, é ver um avesso da história. Os mais famosos da linhagem Cambará – Capitão Rodrigo e o Doutor Rodrigo – são mulherengos, débeis de caráter, egoístas, traem seus valores de juventude. São simpáticos, bem o sabemos. Praticam atos condenáveis, mas não são maus de todo. São até bons, mas pertencem a uma linhagem que, quanto mais se avança no tempo, mais se vê corroída. Há um fio condutor que aponta para a degenerescência e para a morte.

Mas Erico, contudo, viu mais nessa trajetória ficcional sobre o Rio Grande: viu as mulheres, personagens fio-terra, a assegurar a permanência. Suas mulheres são terra, são duras e são firmes e teimosas, seus homens são vento. Ana, Bibiana, Maria Valéria, quem de fato garante tudo, controla a vida, garante a linhagem. Forte é também a trágica Luzia, Melpômene dos olhos verdes, Teiniguá a encantar os homens e Erico ainda viu mais além: viu os pobres, a linhagem – ou contralinhagem, a bem dizer – dos Caré. Aqueles que na guerra eram homens, na paz eram bichos. Tais personagens, bem o sabemos, nunca existiram. Mas nas tensões que se dão no tempo – na história, diríamos – há realidades referenciais do mundo que muitas vezes só podem ser representadas de forma metafórica.

Em lugar do acontecido, um *dizer como*, um *ver assim*, um *poderia ter sido*. Na ficção de Erico Verissimo, eu veria a história acontecendo, capturando a impressão da vida.